

A. I. N° - 207143.0004/07-9
AUTUADO - SOBESA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS SANTANENSE LTDA.
AUTUANTE - RENATO RODRIGUES DA CRUZ NETO
ORIGEM - INFAZ FEIRA DE SANTANA
INTERNET - 28. 06. 2007

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0186-01/07

EMENTA. ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. OMISSÃO DE DADOS. MULTA. NULIDADE. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. De acordo com o RICMS/97 o prazo para apresentação dos arquivos magnéticos, mediante intimação, é de cinco dias. Sendo constatadas inconsistências nos referidos arquivos, deve ser apresentada uma nova intimação para correção das inconsistências, sendo fornecida ao contribuinte listagem diagnóstica e relatório detalhado das ausências para que sejam realizadas as devidas correções no prazo de 30 dias. Não tendo sido concedido o prazo inicialmente previsto, nem intimado o sujeito passivo de forma específica para proceder à correção dos dados inconsistentes verificados nos arquivos magnéticos, impõe-se a nulidade da autuação, por ter sido praticada com preterição ao direito de defesa, em razão da inobservância do devido processo legal. Auto de Infração **NULO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 29/03/2007, atribui ao sujeito passivo o fornecimento de informações através de arquivo(s) magnético(s) exigido(s) na legislação tributária, requerido mediante intimação, com omissão dos registros dos tipos 54, 74 e 75, sendo aplicada a multa de 1% sobre o valor das saídas, resultando no valor de R\$ 26.220,00, em relação aos meses de junho a dezembro de 2004 e de janeiro a dezembro de 2005. Consta que o contribuinte não regularizou os referidos registros mesmo depois de concedido o prazo de 60 (sessenta) dias.

O autuado impugnou o lançamento fiscal à fl. 28, argüindo ter entregue toda a documentação solicitada pela fiscalização, inclusive o SINTEGRA – Sistema Integrado de Informações sobre Operações, conforme comprova a cópia reprográfica da intimação anexada à fl. 41. Alega não ter sido formalmente intimado a respeito das divergências ou inconsistências existentes nos registros do SINTEGRA, para que pudesse providenciar, se fosse o caso, as correções no prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o estabelecido no RICMS/BA. Aduz que tal fato demonstra que o Auto de Infração infringiu as normas do devido processo legal, o que provoca a sua nulidade.

Requer a extinção do Auto de Infração e o seu arquivamento.

O sujeito passivo acostou às fls. 48 a 66 os protocolos de remessa de informações do SINTEGRA, concernentes ao período de junho de 2004 a dezembro de 2005.

O autuante prestou informação fiscal à fl. 68, argüindo que após ter verificado nos arquivos de sistemas da SEFAZ, onde constam os tipos e as quantidades de registros enviados pelo contribuinte (fls. 10 a 23), constatou que não haviam sido transmitidos os registros 54, 74 e 75. Acrescenta que em confirmação do quanto apontado, o impugnante solicitara, via *e-mail* (fl. 09), a prorrogação do prazo de retificação do SINTEGRA, de acordo com o previsto no art. 708-B, §§ 5º e 5º-A do RICMS/97. Afirma que apesar de ter concedido o prazo pleiteado, o contribuinte não

apresentou os comprovantes de transmissão dos citados registros, resultando na lavratura do Auto de Infração.

Sugere que a multa seja mantida e que o Auto de Infração seja julgado procedente.

VOTO

Verifico que a imputação se referiu ao fato do contribuinte ter efetuado a entrega dos arquivos magnéticos, requeridos mediante intimação, com omissão dos registros dos tipos 54, 74 e 75.

O sujeito passivo ao impugnar o lançamento, argüiu a sua nulidade, sob a alegação de ter ocorrido ofensa ao princípio do devido processo legal, considerando que o autuante não especificou quais teriam sido os dados tidos como divergentes ou inconsistentes, nem proporcionou o conhecimento da infração que lhe foi atribuída, sem lhe oferecer a necessária oportunidade de defesa.

Noto no presente processo a ocorrência de falhas procedimentais insanáveis praticadas pela fiscalização, que acarretam a nulidade do Auto de Infração. Observo, inicialmente, que através da intimação de fl. 07, o autuado foi intimado em 09/01/2007 a apresentar livros e documentos fiscais, tendo sido concedido o prazo de 02 (dois) dias para a entrega dos documentos, inclusive dos arquivos magnéticos relativos ao período de 1º/01/2003 a 31/12/2005. Observo que de acordo com o disposto no *caput* do art. 708-B do RICMS/97 o prazo previsto para que o contribuinte apresente os arquivos magnéticos é de 05 (cinco) dias. Em segundo lugar, após o recebimento dos arquivos magnéticos, constatando inconsistência nos mesmos, devido à ausência de registros, o autuante lavrou o Auto de Infração, sem, entretanto, intimar o contribuinte, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, sequer tendo apresentando uma listagem diagnóstica e os relatórios detalhados das ausências, contrariando a previsão contida nos §§ 3º e 5º do art. 708-B, do RICMS/97, o que possibilitaria que o contribuinte realizasse as necessárias correções.

Para um melhor entendimento, transcrevo os dispositivos regulamentares aqui citados.

“Art. 708-B. O contribuinte fornecerá ao fisco os documentos e o arquivo magnético de que trata este capítulo, sempre que for intimado, no prazo de 5 dias úteis contados da data do recebimento da intimação, sem prejuízo do acesso imediato às instalações, equipamentos e informações em meios magnéticos.

...

§ 3º Tratando-se de intimação para correção de inconsistências verificadas em arquivo magnético, deverá ser fornecida ao contribuinte Listagem Diagnóstico indicativa das irregularidades encontradas.

...

§ 5º O contribuinte terá o prazo de 30 dias, contados da data do recebimento da intimação, para corrigir arquivo magnético apresentado com inconsistência, devendo utilizar, no campo 12 do Registro Tipo 10, o código de finalidade “2”, referente a retificação total de arquivo.”

Portanto, considerando que o procedimento fiscal foi efetuado sem observância dos requisitos estabelecidos na legislação tributária, inclusive quanto à necessidade de intimação específica ao contribuinte para a necessária correção dos arquivos, haja vista que a única intimação foi efetuada solicitando a apresentação dos arquivos, concluo que ocorreu inobservância ao devido processo legal por parte da fiscalização, com preterição do direito de defesa do sujeito passivo, fato que conduz à nulidade do lançamento.

Desta forma, nos termos do art. 18, inciso II, do RPAF/99 o Auto de Infração é nulo, devendo a autoridade competente determinar a instauração de novo procedimento fiscal, a salvo de falhas, de

acordo com o art. 156 do RPAF/99. É evidente que se o interessado na solução do caso, antes de nova ação fiscal, sanar alguma irregularidade porventura existente, se exime de sanções.

Voto pela NULIDADE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **NULO** o Auto de Infração **207143.0004/07-9**, lavrado contra **SOBESA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS SANTANENSE LTDA.**, representando à autoridade competente para determinar a realização de nova ação fiscal.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de junho de 2007.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – JULGADOR